



**Exma. Senhora  
Professora Doutora Fátima Barros  
Presidente do Conselho de Administração do ICP-  
ANACOM  
Av. José Malhoa, 12  
1099 - 017 Lisboa**

**P/ Protocolo**

**Carnaxide, 20 de Maio de 2015**

**Assunto: Plano de atividades da ANACOM para 2016-2018 em consulta**

**Exma. Senhora Presidente,**

No âmbito da consulta pública lançada pela ANACOM sobre as orientações estratégicas para o plano plurianual de atividades 2016-2018, vem a SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A., enquanto entidade interessada, pronunciar-se sobre as questões concretas colocadas pela ANACOM, da seguinte forma:

- 1. Concorde com as prioridades estratégicas propostas pela ANACOM para o triénio 2016-2018? Tem alguma sugestão alternativa ou adicional?**

No que respeita aos eixos de atuação *"promover mercados abertos e concorrenciais"* e *"garantir a eficiente gestão dos recursos públicos"*, a SIC reitera que considera necessário e urgente rever em baixa os preços praticados pela PT Comunicações, S.A. ("PTC"), no contexto do serviço de TDT que presta aos operadores televisivos com serviços de programas em regime de acesso não condicionado livre (*free-to-air*, ou "FTA") e que são, atualmente, excessivos e injustificados. Segundo indicadores disponíveis, o custo para os operadores de televisão da utilização da rede TDT, tendo em conta a largura de banda utilizada, extensão territorial da rede e população coberta, é superior ao da generalidade dos países do espaço europeu com características demográficas e territoriais comparáveis a Portugal. Não se identifica qualquer motivo válido para que o nível dos preços por Mbps suportados pelos operadores de televisão seja tão elevado (e desfasado da realidade existente em países europeus comparáveis). A situação atual tem causado prejuízos consideráveis aos operadores televisivos, que se vêm confrontados com um custo injustificadamente oneroso para poder assegurar a emissão dos respetivos canais FTA sobre a plataforma de TDT.

**SIC - SOCIEDADE INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO, S.A.**

**CAPITAL SOCIAL € 7 446 200 • NIPC 501 840 626 • CRC DE CASCAIS**

**SEDE, ESCRITÓRIOS E ESTÚDIOS: ESTRADA DA OUTURELA 119 • 2794-052 CARNAXIDE • PORTUGAL • TELEF.: 21 417 95 50 • FAX: 21 417 40 61  
DELEGAÇÃO PORTO: Rua Conselheiro Costa Braga, 502 4450-102 Matosinhos • PORTUGAL • TELEF.: 22 619 80 50 • FAX: 22 610 84 07**



Neste sentido, importará assegurar que a investigação aprofundada aos custos dos serviços de TDT prestados pela PTC, que está em curso desde 2014, é agilizada de modo a permitir ao regulador dispor de todos os elementos necessários para dar início à análise do mercado dos serviços de teledifusão digital terrestre que se apresenta como um imperativo regulatório da maior urgência.

2. Concorda com os eixos de atuação propostos dentro de cada prioridade estratégica? Tem alguma sugestão alternativa ou adicional para 2016 e também para os anos seguintes (2017-2018)?

No seguimento do que foi referido na resposta ao ponto anterior, sugerimos o aditamento dos seguintes eixos estratégicos de atuação para o triénio 2016-2018:

Na prioridade estratégica "Garantir e proteger os direitos dos utilizadores e dos cidadãos", sugerimos o seguinte aditamento (sublinhado) ao disposto na alínea I):

- "Acompanhar e assegurar o cumprimento das obrigações do operador da plataforma de televisão digital terrestre (TDT), designadamente no que respeita à cobertura por via terrestre e via DTH do território e população, disponibilizando ao público informação detalhada sobre a percentagem de população coberta por freguesia e com a indicação da tecnologia utilizada."

Na prioridade estratégica "Promover mercados abertos e concorrenciais", sugere-se o aditamento das seguintes alíneas:

- j) Analisar/rever o mercado grossista de serviços de radiodifusão para a entrega de conteúdos difundidos a utilizadores finais;
- l) Analisar/rever o preço praticado pela PTC na prestação do serviço de transporte e difusão do sinal de televisão digital terrestre e cobertura complementar.

Com os melhores cumprimentos

Francisco Pedro Balsemão  
COO, RH, Jurídico e Sustentabilidade